

O PREÇO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DO SOFRIMENTO DOCENTE NO CONTEXTO DO ENSINO PRIVADO

Vitor José Soares Martins¹
Auriston Magalhães Vitor²

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

RESUMO

O trabalho docente no ensino superior tem se tornado uma preocupação crescente nas discussões acadêmicas, especialmente devido à intensificação das demandas profissionais e aos impactos causados na saúde física e mental dos professores universitários. Diante da expansão do ensino superior brasileiro e do aumento das exigências institucionais relacionadas ao ensino, à pesquisa e à produtividade acadêmica, torna-se necessário compreender como essas condições influenciam o bem-estar dos docentes. O objetivo desta pesquisa foi analisar os desafios relacionados ao trabalho docente universitário, investigando a relação entre as condições de trabalho e o desenvolvimento de adoecimento físico e mental, além de compreender a contribuição da psicologia organizacional para a promoção da saúde ocupacional dentro das universidades. A pesquisa foi desenvolvida a partir das atividades realizadas no Estágio Básico IV, utilizando uma abordagem quali-quantitativa baseada no método de observação. Os resultados evidenciam que o acúmulo e o desvio de funções, o trabalho invisível e a sobrecarga laboral configuram-se como características predominantes no contexto universitário, contribuindo para estresse crônico, ansiedade, exaustão emocional, síndrome de burnout e problemas musculoesqueléticos. Além disso, observou-se que condições inadequadas de trabalho e fatores ergonômicos intensificam o sofrimento físico e psicológico dos docentes. O estudo também destaca a importância da atuação da psicologia organizacional na identificação de riscos psicossociais, na promoção da saúde mental e no desenvolvimento de estratégias institucionais voltadas para ambientes de trabalho mais saudáveis, humanizados e sustentáveis no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho docente; saúde mental; saúde ocupacional; psicologia organizacional.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Pereira e Júnior (2020), o ensino superior brasileiro tem experimentado um aumento significativo nas matrículas em decorrência de políticas públicas recentes, especialmente a criação de programas como o Programa

¹Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Univértix.

² Psicólogo, Mestre em Ciências da Religião, Pedagogo. Professor no Centro Universitário Univértix.

Universidade para Todos (PROUNI). Os autores destacam que essas medidas ampliaram o acesso ao ensino superior, particularmente no setor privado, contribuindo para o crescimento do número de estudantes e para uma maior participação de grupos sociais historicamente excluídos da educação universitária, além de enfatizar as implicações econômicas e posicionais dessa expansão para a sociedade brasileira.

Com isso, o trabalho docente universitário passou por transformações significativas, como destacam Broch, Breschiliare e Barbosa-Rinaldi (2020). Segundo as autoras, o crescimento em cursos, instituições e matrículas diversificou o perfil dos estudantes e intensificou as demandas sobre os professores, que precisam, simultaneamente, garantir a qualidade pedagógica, atender a um número maior de alunos e cumprir exigências institucionais e de avaliação, muitas vezes sem condições adequadas de trabalho ou formação pedagógica específica. Nesse contexto, então, as autoras argumentam que a ampliação do acesso ao ensino superior aprofundou os desafios da profissão docente, reforçando a necessidade de políticas que valorizem a formação pedagógica, as condições de trabalho e a identidade profissional dos professores universitários.

Sordi (2019) destaca que os desafios do ensino universitário estão intimamente ligados à forma como os espaços institucionais de formação moldam e limitam a prática profissional dos professores. Segundo a autora, a crescente diversificação dos perfis dos estudantes, a pressão por produtividade e a fragmentação do trabalho acadêmico colocam os docentes universitários em constante tensão entre o ensino, a pesquisa e as demandas institucionais, muitas vezes sem o devido suporte pedagógico ou tempo para a reflexão sobre a prática.

Lima *et al.*, (2023) mostram que cargas de trabalho intensas, sobreposição de responsabilidades no ensino, na avaliação e na administração, combinadas com pressões institucionais por produtividade e apoio reduzido, levam os professores a vivenciar estresse crônico, ansiedade, insônia e sintomas somáticos como dores de cabeça, problemas gastrointestinais e fadiga, todos interpretados como expressões de esgotamento emocional e físico. Nesse sentido, as autoras argumentam que a exaustão emocional relatada pelos professores não é meramente uma vulnerabilidade

individual, mas um resultado estrutural da forma como a profissão docente está organizada no ensino superior, reforçando a necessidade de reconhecer e abordar os riscos físicos e psicológicos inerentes ao trabalho universitário contemporâneo.

O presente trabalho justifica-se pela necessidade de discutir e refletir sobre os desafios presentes no ensino superior, especialmente no que diz respeito às condições de trabalho e aos possíveis impactos na saúde física e mental dos professores universitários.

O objetivo desta pesquisa é analisar os desafios relacionados ao ensino superior, com foco na possível relação entre o trabalho docente e as doenças físicas e mentais, bem como compreender como a psicologia organizacional pode contribuir para a compreensão dessas questões e para o desenvolvimento de estratégias voltadas para o contexto institucional e as relações de trabalho dentro das universidades.

Estudos como este são importantes para ampliar as discussões sobre o trabalho docente no ensino superior, especialmente no campo da saúde ocupacional e da psicologia organizacional. Além disso, podem contribuir para reflexões acadêmicas, institucionais e profissionais sobre as condições de trabalho, a organização das instituições de ensino superior e as possibilidades de promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis e sustentáveis.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Veiga (2005) coloca que a docência universitária pode ser caracterizada como uma atividade profissional especializada que vai além da simples ministração de aulas e integra ensino, pesquisa e extensão como dimensões inseparáveis do trabalho acadêmico. O termo docência, tem suas raízes no latim (*docere*) que significa ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender, etimologicamente enraizado em ensino e instrução e é entendido por Veiga como o exercício organizado e reflexivo das funções do professor, abrangendo conhecimento disciplinar, competência pedagógica, interação com os estudantes, orientação acadêmica e tarefas de gestão institucional. A autora destaca que o ensino universitário envolve não apenas a transmissão de

conteúdo, mas também orientar, explicar e tornar o conhecimento significativo para os estudantes. Nesse sentido, ela argumenta que o ensino superior é uma profissão complexa e exigente que requer formação contínua, reflexão crítica sobre a prática e um claro compromisso ético com o desenvolvimento intelectual e social dos estudantes.

A intensificação e a precarização do ensino superior tornaram-se questões significativas que afetam a vida profissional dos docentes. Silva e Junior (2020) destacam que o aumento da carga de trabalho decorrente da expansão das responsabilidades no ensino, na pesquisa, na extensão e nas tarefas administrativas leva a uma sobreposição contínua do trabalho com o tempo pessoal, como noites e fins de semana. Essa crescente demanda é influenciada por processos de reestruturação e novas regulamentações dentro das instituições que, embora visem aprimorar os resultados educacionais, inadvertidamente impõem pressões que comprometem o bem-estar e a segurança no emprego dos professores. Os autores enfatizam que essas condições contribuem para a erosão das condições de trabalho, com implicações que vão além dos contratos temporários, incluindo aspectos como composição salarial, intensidade da carga de trabalho e controle institucional, fomentando um ambiente complexo de precariedade e sobrecarga de trabalho no ensino superior.

Segundo Lima, Vecchi e Paloski (2024), a deterioração da saúde mental entre professores universitários é uma preocupação significativa e crescente, caracterizada por níveis elevados de sintomas depressivos, ansiedade e estresse. Essa condição frequentemente se manifesta devido à exposição constante às altas demandas cognitivas e emocionais inerentes ao ambiente acadêmico, levando a estados de exaustão emocional, despersonalização e redução do desempenho profissional. Os autores enfatizam que tais problemas de saúde mental não são apenas lutas individuais, mas também constituem um problema de saúde pública, visto que os professores permanecem em um estado persistente de alerta e tensão psicológica em suas rotinas de trabalho. Esse estresse ocupacional contínuo contribui, em última

análise, para uma taxa considerável de comprometimento da saúde mental entre os membros do corpo docente do ensino superior.

Segundo Marques *et al.*, (2018), o adoecimento físico entre professores está fortemente associado às condições de trabalho inerentes à profissão docente. Os autores explicam que permanecer em pé por longos períodos, a postura inadequada ao escrever no quadro ou usar computadores, movimentos repetitivos, sobrecarga de trabalho e longas jornadas de trabalho contribuem significativamente para o desenvolvimento de dores e lesões físicas. As regiões do corpo mais afetadas são a lombar, o pescoço, os ombros e os membros superiores. Também enfatizam que a falta de atividade física, a sobrecarga de trabalho e o descanso insuficiente podem agravar essas condições, levando a limitações funcionais, redução da qualidade de vida e, em alguns casos, absenteísmo. Portanto, as doenças físicas dos professores não são causadas por um único fator, mas por um conjunto de fatores ocupacionais, ergonômicos e de estilo de vida relacionados à profissão docente.

Como apontam Casemiro e Moura (2025), o Brasil vem vivenciando um cenário crítico em relação à saúde mental, marcado por um aumento significativo no absenteísmo laboral ligado à ansiedade e à depressão, que atingiram os níveis mais altos dos últimos anos. O estudo indica que, somente em 2024, foram registrados 472.328 pedidos de afastamento do trabalho por transtornos mentais, representando um aumento de 68% em relação ao período anterior. Especialistas associam esse crescimento a fatores como a intensificação das demandas laborais, a instabilidade econômica e os efeitos persistentes do contexto pós-pandemia, apontando para a necessidade de ações mais amplas e estruturadas. Diante dessa situação, o governo federal passou a implementar medidas de saúde ocupacional mais rigorosas, com foco na responsabilização das empresas pela promoção do bem-estar psicológico dos trabalhadores, bem como pela adoção de estratégias voltadas à redução dos estressores no ambiente de trabalho.

Com isso, Silva, Azevedo e Hoffmann (2023), afirmam que o psicólogo organizacional desempenha um papel importante na prevenção e gestão de doenças físicas e mentais dos trabalhadores dentro das organizações. Os autores afirmam que

esse profissional atua como mediador entre os funcionários e a organização, promovendo saúde mental, qualidade de vida e bem-estar no ambiente de trabalho. Nesse contexto, o psicólogo organizacional é responsável por identificar riscos psicossociais, sobrecarga de trabalho, fatores de estresse e problemas organizacionais que podem contribuir para o adoecimento dos trabalhadores. Além disso, o psicólogo desenvolve intervenções como análise do clima organizacional, programas de promoção da saúde e estratégias para melhorar as relações interpessoais e as condições de trabalho. Contudo, os autores também apontam que, em muitas organizações, o trabalho do psicólogo organizacional ainda é limitado e frequentemente restrito a atividades de recrutamento e seleção, o que reduz a eficácia das ações voltadas para a saúde e o bem-estar dos trabalhadores.

3 METODOLOGIA

Este artigo foi desenvolvido com base nas atividades realizadas durante o Estágio Básico IV. De acordo com as diretrizes do curso de Psicologia da UFRGS (2023), o Estágio Básico consiste em um conjunto de práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para lidar com diferentes situações complexas que representam a prática profissional em Psicologia. Este estágio é estruturado com o objetivo de consolidar e integrar as competências estabelecidas no núcleo comum do programa, proporcionando uma base educacional consistente e homogênea para a formação profissional em Psicologia.

Além disso, este trabalho se baseia no método de observação que, segundo Danna e Matos (2015), é um procedimento que envolve o uso deliberado e sistemático dos sentidos para adquirir conhecimento sobre fenômenos, observando-os da maneira e no contexto em que ocorrem. Esse método é considerado pelos autores como um meio que permite uma melhor compreensão do indivíduo e do ambiente em que está inserido.

O presente estudo pretende adotar uma abordagem quali-quantitativa, seguindo a concepção desenvolvida por Knechtel (2014) de que um estudo quali-quantitativo é aquele que combina o qualitativo, voltado para a compreensão de

significados, interpretações e experiências vividas, com o quantitativo, direcionado à mensuração e descrição de fenômenos por meio de dados numéricos, em um único desenho articulado. Nesse sentido, o autor entende que o “quali-quantitativo” não deve ser visto como uma mera justaposição de fases qualitativas e quantitativas, mas como uma integração estratégica que busca profundidade (por meio da interpretação) e amplitude (por meio da mensuração) para alcançar uma compreensão mais abrangente do problema de pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O acúmulo e o desvio de funções apresentaram-se como características predominantes da instituição. Segundo Silva e Duarte (2026), esse acúmulo e desvio de funções são situações distintas nas relações laborais, embora ambas possam contribuir para a precarização do trabalho quando praticadas de forma abusiva. Os autores explicam isso ocorre quando um empregado continua a desempenhar as suas funções originais, assumindo simultaneamente tarefas adicionais pertencentes a diferentes cargos, sem compensação salarial proporcional. Por outro lado, o desvio de papéis acontece quando o trabalhador deixa de exercer as atividades originalmente previstas no contrato de trabalho e passa a desempenhar funções substancialmente diferentes. O estudo destaca que estas práticas podem gerar desequilíbrio contratual, sobrecarga de trabalho e impactos negativos na saúde física e mental dos trabalhadores.

Além disso, o trabalho invisível, descrito por Carvalho *et al.*, (2018), como o tempo extracurricular não remunerado que os professores dedicam à preparação de materiais didáticos, correção de trabalhos e provas, busca de recursos pedagógicos e auxílio aos alunos fora do horário de aula, foi abordado como um dos principais desafios enfrentados pelo docente universitário. Os autores enfatizam que essas atividades são frequentemente realizadas durante o tempo pessoal dos professores, incluindo fins de semana e férias, tornando-se uma parte naturalizada e frequentemente não reconhecida da profissão. Também destacam que esse trabalho invisível contribui para a sobrecarga de trabalho e intensifica a precariedade das

condições de ensino, especialmente devido às demandas emocionais e profissionais impostas aos educadores.

O adoecimento laboral emerge como uma das principais preocupações nas relações de trabalho, especialmente devido à crescente exposição dos trabalhadores a riscos psicossociais e demandas profissionais excessivas. Segundo Hirschle e Gondim (2020), as doenças ocupacionais são caracterizadas pela prevalência de estresse crônico, exaustão profissional, isolamento social e síndrome de *burnout*, resultantes da exposição contínua a condições de trabalho estressantes. Os autores destacam que fatores como sobrecarga de trabalho, falta de apoio social, pressão e exaustão emocional afetam negativamente a saúde física e mental dos trabalhadores, contribuindo para ansiedade, insônia, sofrimento psicológico e *burnout*. Enfatizam, também, que a exposição persistente a essas condições pode intensificar o sofrimento emocional e comprometer o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores.

A preocupação com a ergonomia e a saúde ocupacional tem emergido cada vez mais como um tema central nas discussões sobre o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores, especialmente devido aos impactos físicos e psicológicos causados por condições de trabalho inadequadas. Segundo Progênio *et al.*, (2025), a ergonomia busca adaptar o ambiente de trabalho às necessidades psicofisiológicas dos trabalhadores, promovendo conforto, segurança, saúde e eficiência nas atividades profissionais. Os autores enfatizam que cargas de trabalho excessivas, movimentos repetitivos, postura inadequada e esforço físico prolongado afetam negativamente a saúde física e mental dos trabalhadores, contribuindo para o estresse, distúrbios musculoesqueléticos, fadiga e redução da qualidade de vida. Além disso, argumentam que a adoção de práticas ergonômicas pode reduzir o absenteísmo, melhorar a satisfação no trabalho e promover condições de trabalho mais saudáveis e seguras.

Diante desses desafios ocupacionais e ergonômicos, o papel da psicóloga organizacional emerge como essencial na promoção da saúde mental e da qualidade de vida dos trabalhadores dentro da instituição. Segundo Damasceno e Martins (2026), a psicóloga organizacional contribui para a prevenção de doenças

ocupacionais e da Síndrome de *Burnout* por meio de estratégias focadas no apoio emocional, na redução do estresse, na melhoria das relações interpessoais e no desenvolvimento de condições de trabalho mais saudáveis. Os autores enfatizam que esse profissional atua na implementação de políticas preventivas, programas de apoio psicológico e intervenções voltadas para a redução da exaustão emocional e da sobrecarga de trabalho, promovendo um ambiente organizacional mais equilibrado e humanizado. Além disso, apontam que a psicólogo organizacional desempenha um papel transformador no fortalecimento do bem-estar dos trabalhadores, no aumento da satisfação no trabalho e na contribuição para relações de trabalho mais saudáveis e produtivas.

Com isso, é apontado por Trindade (2025) que o empregador é civilmente responsável por doenças psicológicas desenvolvidas pelos empregados em decorrência de condições de trabalho nocivas. O estudo enfatiza que o empregador é responsável por proporcionar um ambiente de trabalho saudável, conforme garantido pela Constituição Federal brasileira, e deve ser responsabilizado quando a saúde mental dos trabalhadores se deteriora como resultado direto do ambiente de trabalho. Essa responsabilidade é frequentemente caracterizada pela teoria da responsabilidade objetiva, em que não é necessário comprovar a culpa do empregador, apenas o nexo causal entre o ambiente de trabalho e o dano psicológico sofrido pelo empregado. Assim, é imprescindível que os empregadores assegurem condições de trabalho seguras e favoráveis para prevenir tais doenças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, este estudo demonstrou que o ensino universitário tem sido cada vez mais marcado pela intensificação do trabalho, demandas excessivas e precarização das condições laborais, fatores que afetam diretamente a saúde física e mental dos professores do ensino superior. A acumulação e o desvio de funções, aliados ao trabalho invisível e às pressões institucionais relacionadas à produtividade, revelam que o trabalho acadêmico se estende muito além das atividades em sala de

aula, ocupando frequentemente o tempo pessoal dos docentes e contribuindo para a exaustão emocional e física.

Além disso, os resultados indicam que a deterioração da saúde dos professores está associada não apenas a fatores psicológicos, como estresse crônico, ansiedade, exaustão emocional e síndrome de *burnout*, mas também a condições físicas, incluindo dores musculoesqueléticas, fadiga e outros problemas de saúde ocupacional. Nesse sentido, as doenças vivenciadas pelos professores universitários não devem ser entendidas apenas como uma questão individual, mas sim como uma consequência estrutural da organização e da dinâmica das instituições de ensino superior contemporâneas.

O estudo também destaca a importância das políticas de ergonomia e saúde ocupacional na promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis e seguros nas universidades. Melhorias nas condições de trabalho, redução da sobrecarga de trabalho e implementação de práticas ergonômicas podem contribuir significativamente para a qualidade de vida, o bem-estar e a satisfação no trabalho dos docentes, além de reduzir o absenteísmo e as doenças ocupacionais. Portanto, a criação de ambientes acadêmicos mais humanizados e acolhedores torna-se essencial para a sustentabilidade do trabalho docente no ensino superior.

Nesse contexto, a psicologia organizacional emerge como um campo importante para a compreensão da dinâmica do ambiente de trabalho e o desenvolvimento de estratégias voltadas para a prevenção de doenças ocupacionais entre professores universitários. O psicólogo organizacional pode contribuir por meio da identificação de riscos psicossociais, da promoção de programas de saúde mental, da melhoria do clima organizacional e da implementação de intervenções focadas no bem-estar dos trabalhadores e em relações interpessoais mais saudáveis. Contudo, para que essas ações sejam efetivas, as instituições devem reconhecer o papel mais amplo dos psicólogos organizacionais, que vai além das funções administrativas tradicionais.

Por fim, esta pesquisa reforça a necessidade de maior atenção institucional às condições de trabalho e à saúde dos professores universitários. Refletir sobre os

desafios enfrentados no ensino superior é fundamental para fomentar discussões acadêmicas, institucionais e profissionais sobre saúde ocupacional, práticas organizacionais e a promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis e sustentáveis nas universidades.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO ALVES DA SILVA, Tarcísio; ROMEIRO DE SOUZA JÚNIOR, Gilberto. Análise da precarização e intensificação do trabalho docente no Instituto Federal de Pernambuco. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, [S. l.], v. 1, n. 16, p. 126–145, 2020. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasocias/article/view/3385>. Acesso em: 18 mar. 2026.

BROCH, C.; BRESCHILIARE, F. C. T.; BARBOSA-RINALDI, I. P.. A expansão da educação superior no Brasil: notas sobre os desafios do trabalho docente. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 2, p. 257–274, maio 2020.

CARVALHO, M. P. de; TOLEDO, C. T.; OLIVEIRA, I. G.; MODESTO, Â. E.; SILVA NETO, C. da S. CUIDADO E GERENCIALISMO: PARA ONDE VAI O TRABALHO DAS PROFESSORAS. **Educação em Revista**, v. 34, p. e203244, 2018.

CASEMIRO, Poliana; MOURA, Rayane. **Crise de saúde mental**: Brasil tem maior número de afastamentos por ansiedade e depressão em 10 anos. G1, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/03/10/crise-de-saude-mental-brasil-tem-maior-numero-de-afastamentos-por-ansiedade-e-depressao-em-10-anos.ghtml>. Acesso em 21 de mar. 2026.

HIRSCHLE, A. L. T.; GONDIM, S. M. G.. Estresse e bem-estar no trabalho: uma revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 7, p. 2721–2736, jul. 2020.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014.

LIMA, Fabio Gotz de; VECCHI, Lívia Maria; PALOSKI, Luís Henrique. Saúde mental de docentes universitários: uma revisão sistemática da literatura. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 30, p. e50850, 2024. DOI: 10.26512/lc30202450850. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/50850>. Acesso em: 20 mar. 2026.

LIMA, L. A. de O.; VIEIRA, M. A.; DE MATOS, R. A. F.; MARCELIANO-ALVES, M. F. V.; SANCHES, K. L.; BOTELHO, L.; SANTOS, D. de S.; LOPES JÚNIOR, N. N. da S.;

ROMÃO, E. D.; XAVIER, C. L. dos S. Exaustão emocional entre professores de nível superior: um estudo qualitativo sobre as causas, consequências e estratégias de enfrentamento. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 16, n. 11, p. 26455–26472, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.11-101. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/3098>. Acesso em: 18 mar. 2026.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARQUES, Alana Dias da Costa; NASCIMENTO, Leonardo Lopes do; LIMA, Patrícia Cândida de Matos; RODRIGUES, Janair Honorato Alves; BELO, João Paulo Ferreira. **Análise dos distúrbios musculoesqueléticos em professores**: revisão de literatura. *Saúde & Ciência em Ação – Revista Acadêmica do Instituto de Ciências da Saúde*, v. 4, n. 1, p. 12–20, jan./jul. 2018.

PEREIRA, O. A. V. .; JÚNIOR, F. T. A expansão do ensino superior e as Políticas públicas: um estudo do PROUNI. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 98–118, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/32359>. Acesso em: 18 mar. 2026.

SILVA, B. S. da; DUARTE, I. de S.. DESVIO E ACÚMULO DE FUNÇÕES: DISTINÇÃO, CONSEQUÊNCIAS E DIREITOS DO TRABALHADOR. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 12, n. 5, p. 1–28, 2026. DOI: 10.51891/rease.v12i5.26948. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/26948>. Acesso em: 16 abr. 2026.

SILVA, H. M. de S.; AZEVEDO, L. C. V.; HOFFMANN, S. M. S. Atuação do psicólogo organizacional e do trabalho a favor da saúde mental do trabalhador. **Revista Matogrossense de Gestão, Inovação e Comunicação**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 130–141, 2024. Disponível em: <https://revistas.fasipe.com.br/index.php/REMAGIC/article/view/400>. Acesso em: 28 mar. 2026

SORDI, M. R. L. D.. Docência no ensino superior: interpelando os sentidos e desafios dos espaços institucionais de formação. **Educar em Revista**, v. 35, n. 75, p. 135–154, maio 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Estágio Básico – COMGRAD PSICOLOGIA**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/comgradpsi/estagio-basico/>. Acesso em: 30 mar. 2026.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Docência universitária na educação superior. In: **VI Simpósio promovido pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais "Anísio Teixeira" (INEP)**, 2005, Brasília. Anais [...]. Brasília: INEP, 2005. p. 1-11.